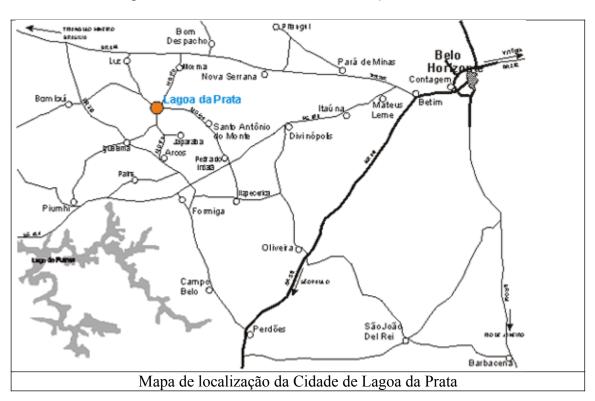


Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO DE VISTORIA E CONSTATAÇÃO DE VALOR CULTURAL

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Conforme ofício 070/2008, da 1 ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lagoa da Prata, foi solicitada a realização de vistoria técnica no imóvel denominado **Ponte Olegário Maciel "Ponte de Ferro"**, que faz a ligação entre os municípios de Luz e Lagoa da Prata, estando na divisa dos municípios de Lagoa da Prata e Luz, com a finalidade de atestar o valor cultural, com base na importância histórica, verificar o estado de conservação e indicar as medidas emergenciais a serem adotadas para a preservação do aludido bem, a fim de instruir procedimento investigatório na referida Promotoria de Justiça.



2 - METODOLOGIA

Para elaboração do presente Laudo de Vistoria foram usados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção "in loco" no bem cultural, objeto deste laudo; entrevista com o arquiteto Carlos Brasil Guadalupe, morador de Lagoa da Prata e estudioso sobre a história do local e consultado o livro **Lagoa da Prata – Retiro do pântano**. 1º edição, Lagoa da Prata, 1999, de Silvério Rocha de Oliveira e o Plano de Inventário de Lagoa da Prata.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

3 – HISTÓRICO DO BEM CULTURAL

No dia 26 de março de 2008, a Arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais e a Historiadora Karol Ramos Medes Guimarães, Técnicas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, realizaram uma vistoria técnica no imóvel denominado Ponte Olegário Maciel "Ponte de Ferro", localizada na Rodovia Municipal que faz a ligação entre os municípios de Luz e Lagoa da Prata, estando na divisa dos municípios de Lagoa da Prata e Luz. Localização do GPS: S 19° 57' 21.8" W 045° 34' 06.2".



Figura 01 - Vista geral da Ponte de Ferro Olegário Maciel

3.1- Breve histórico do Município de Lagoa da Prata

No século XVIII, as trilhas e picadas dos bandeirantes marcam a origem da história de Lagoa da Prata. A decadência do ouro nas minas gerais ocasionou certa evasão de mineradores em busca do ouro descoberto no outro lado do Rio São Francisco, em Goiás Velho e Paracatu. Com a descoberta de ouro em Mato Grosso (1719) e em Goiás (1726), transforma o oeste mineiro em região de passagem, somada à riqueza de sua bacia hidrográfica inaugura o destino das terras da futura cidade de Lagoa da Prata.

Terras férteis facilitam a longa marcha para o oeste brasileiro. Fazendas e currais são inaugurados na região, facilitados pela abundância de águas. Tropeiros dominam a região, levando e buscando valores preciosos, mercadorias para as abastecer o sertão, Goiás e Mato Grosso, tais como sal, farinha, óleo, tecidos finos, velas, lampiões, imagens de santos, facão etc.

Em 1789 uma aldeia aparece, ao lado das roças, sítios e fazendas, chamada de Retiro do Pântano. Em 1891, surge o Distrito do Pântano, habitado por uma população superior a





Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

500 pessoas, residentes em rústicas moradias, de indaiá e capim, piso de chão batido, fogareiro no quintal, tear e lamparinas. Neste local, ao final do século XIX, tem início o planejamento de um povoado organizado, futura cidade de Lagoa da Prata.

Com as fazendas, aparecem grandes senhores, proprietários de terras, gados e escravos. Em meados do século XVIII, o Tenente Francisco José Bernardes se destaca na região como grande proprietário e comerciante (Fazenda Escorropicho). Francisco José Bernardes e seu irmão Alexandre José Bernardes, através da lei provincial número 451 de 20/10/1849 firmam o compromisso com o Governo Provincial de construção da "Ponte do Escorropicho" no Rio São Francisco, ponto de encruzilhada, onde os tropeiros mercantes se cruzavam às mais diversas regiões.

No ano de 1841, os irmãos Francisco e Alexandre, filhos de Fortunato José Bernardes assumem o controle da passagem sobre o Rio São Francisco. Pouco depois, um filho do Francisco, de nome Carlos José, casa-se com Alexandrina, sua prima, filha do Alexandre, quando edifica um sobrado, próximo à lagoa e passa a morar no palacete que mais tarde tomou o nome de "Museu Dona Alexandrina". Era 1875.

O Coronel Carlos Bernardes, a maior fortuna da região, latifundiário e homem de negócios, faz a doação de 163.350 metros quadrados de terras à Cúria da Diocese de Mariana. Alexandre Bernardes Primo, cunhado do coronel, e Cyrillo Maciel, agente municipal, definem o traçado da cidade, como o desenho de um tabuleiro de xadrez. A partir de uma capela, escolas e construções vão se definindo. O imigrante italiano Nazareno Manganelli é encarregado da execução da obra. O Coronel Carlos Bernardes falece em 2 de janeiro de 1900, sendo sepultado na própria capela, inaugurada nesta data e a localidade, em homenagem ao seu fundador, passa a ser chamada São Carlos do Pântano.

No entorno da capela, construções são edificadas, sobrados e lojas comerciais são inauguradas, marcadas pelas ruas e avenidas largas, promessas de um progresso futuro. Ao redor da cidade, os antigos casarões coloniais foram mantidos, prova da riqueza de grandes fazendeiros locais, com destaque para o solar dos Bernardes. Alexandre Bernardes Primo, herdeiro político do Cel. Carlos Bernardes, passa a dominar o poder local, utilizando sua influência para a conquista da estrada de ferro. Em 1916, São Carlos do Pântano recebe o maior símbolo do progresso na época: a estrada de ferro. Junto com o trem, novos moradores, indústrias (Engenho da Olaria), usina hidrelétrica (Cemiguinha), telégrafo, sistema telefônico, cinema, teatro, automóveis vão surgindo.

Entre 1922-1925, uma ponte metálica, importada da Alemanha é instalada no Rio São Francisco, ligando a estação de Lagoa da Prata à Vila de Luz, mais um símbolo do desejado progresso, imóvel importante do patrimônio histórico-cultural da região.

O desenvolvimento populacional e econômico da região, comprovado pela inauguração da Estação Ferroviária de Lagoa da Prata, localizada às margens desta lagoa, leva o povoado à condição de Distrito de Santo Antônio do Monte (1925). Nesta data, a Estação Ferroviária, denominada em sua inauguração Estação de Lagoa da Prata, empresta seu nome ao Distrito. Nome originado, na cultura popular, ao comentário realizado por padres missionários, em meados do século XIX que, impressionados com a beleza de suas águas ao resplandecer dos raios do sol, denominaram o local de Lagoa das Pratas, mais tarde, Lagoa da Prata.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

3.2 – Histórico da Ponte Olegário Maciel

A Ponte Olegário Maciel foi construída entre 1922 a 1925 sobre o Rio São Francisco, para ligar as cidades de Lagoa da Prata e Luz. A obra foi iniciada no governo do Dr. Raul Soares e finalizada no governo do Dr. Fernando Mello Vianna. A cidade de Lagoa da Prata possuía uma estação ferroviária e a cidade de Luz, uma grande plantação de café. Com esta ponte o escoamento das riquezas produzidas foi facilitado, bem como o acesso e a integração entre as duas cidades.

A Ponte veio da Alemanha onde o Vereador Alexandre Bernardes Primo conseguiu a sua doação através do Presidente Melo Viana. A Ponte foi feita de aço e piso de concreto com pilar de cimento e pedra, cimento este vindo da Áustria.

O nome da ponte foi dado em homenagem a Olegário Dias Maciel, político muito influente na região e que tinha parentes residentes em Lagoa da Prata. Olegário Maciel, que estudou em Patos de Minas e no tradicional colégio da Caraça, formou—se em engenharia civil. Iniciou sua carreira política como deputado provincial, pelo Partido Liberal, aos 25 anos; ele nunca se casou. Foi engenheiro superintendente da Companhia Belga de Estrada de Ferro de Pitangui a Patos, colaborando para a construção das ferrovias Bambuí — Patos e a estrada de ferro Paraopeba. Em 7 de setembro de 1930, aos 75 anos, Olegário Dias Maciel tomou posse do Governo de Minas. O governo de Olegário Maciel foi muito perturbado e difícil, a ponto de alguns tentarem convencê-lo a renunciar ao cargo. Em 5 de setembro de 1933, o então governador do Estado faleceu repentinamente, durante o banho, pela manhã, no Palácio da Liberdade.

A ponte Olegário Maciel foi reformada em pela CODEURB – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de Minas Gerais – e as obras foram concluídas em 1979. Nesta data o Prefeito Municipal era o Sr. José Barbosa Leão e o Governador era o Sr. Levindo Ozanam Coelho.

As figuras 02, 03 e 04 são fotografias da época da montagem / construção da ponte metálica e ilustram as etapas deste processo.

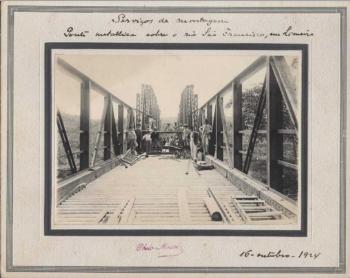


Figura 02 – Montagem / construção da ponte





Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 03 – Montagem / Construção da ponte



Figura 04 – Montagem / Construção da ponte



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

As figuras 05 e 06 são fotografias antigas, da época da conclusão da obra da ponte.

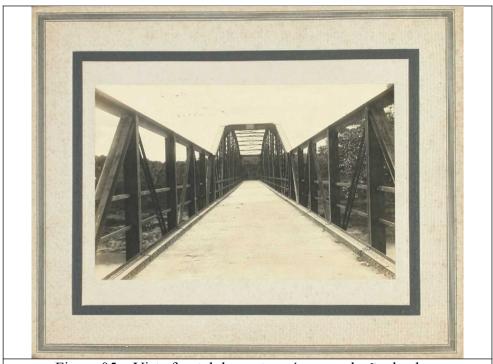


Figura 05 – Vista frontal da ponte após a conclusão da obra.



Figura 06 – Vista lateral da ponte, após a conclusão da obra.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

4 - ANÁLISE TÉCNICA

4.1 – Descrição arquitetônica

A ponte Olegário Maciel localiza-se na Rodovia Municipal que faz a ligação entre Lagoa da Prata e Luz, sendo um importante eixo de ligação entre estes municípios e via principal de circulação de pessoas, fazendeiros e produtos do distrito de Esteios. Localização do GPS: S 19° 57' 21.8" W 045° 34' 06.2".

A Ponte Olegário Maciel é um bem imóvel de grande interesse de proteção, entretanto não foi contemplada no Plano de Inventário de Lagoa da Prata.

A ponte tem extensão de 75 metros e 3,5 de largura. Foi construída em estrutura metálica pintada no tom amarelo, piso de concreto e pilares de concreto revestidos pedra. Possui duas bases de sustentação de concreto revestido em pedra nas duas extremidades, os pilares localizam-se próximos ao início do leito do Rio São Francisco e o eixo central é um vão livre.







Figura 07 – Base de sustentação

Figura 08 - Pilar

Figura 09 - Eixo central - Vão livre

A Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata reconhece a urgência na recuperação / restauração da ponte e informou à Primeira Promotoria de Justiça da Comarca de Lagoa da Prata que a ponte estaria interditada a partir de 20 de fevereiro de 2008. Na data da vistoria ao local, dia 26/03/2008, as técnicas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais verificaram que a interdição da ponte não ocorreu, havia intenso tráfego de automóveis, ônibus e caminhões sobre a mesma. Algumas placas foram colocadas no local, informando sobre o peso máximo dos veículos autorizados a trafegar sobre a ponte, entretanto



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

encontravam-se em mau estado de conservação e encobertas pela vegetação (figuras 10, 11, 12).

Foi verificado que há trepidação da ponte, quando os veículos trafegam sobre a mesma, o que pode acelerar o processo de degradação do bem cultural.



vegetação, sentido Lagoa da com marcas de tiros. Prata – Luz.



Figura 10 – Placa encoberta pela | Figura 11 – Placa enferrujada e



Figura 12 – Placa encoberta pela vegetação, sentido Luz -Lagoa da Prata.

O imóvel encontra-se em precário estado de conservação, resultado da falta de manutenção / conservação, e necessita urgentemente de obras de restauração¹, visando ações criteriosas e tecnicamente adequadas à conservação² e manutenção³.

Segue abaixo o levantamento fotográfico, bem como comentários a respeito da situação constatada.

As bases de sustentação e os pilares de concreto e pedra encontram-se em bom estado de conservação, sendo necessária a limpeza dos mesmos e a retirada das plantas invasoras (figuras 13 e 14).

³ Manutenção: Operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação. Instrução Normativa nº 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.



¹ Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n º 1/2003 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

² Conservação: intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem, com o intuito de conter a sua deterioração. Instrução Normativa n º 1/2003 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico





Figura 13 – Sujeira e plantas invasoras

Figura 14 – Sujeira e plantas invasoras

A estrutura metálica possui algumas peças retorcidas / empenadas, que necessitam de reparos para retornar à sua forma original. Estes problemas são provavelmente decorrentes de acidentes sobre a ponte e / ou vandalismo (figuras 15 e 16).



Figura 15 – Guarda – corpo com peças metálicas retorcidas.



Figura 16 – Guarda – corpo com peças metálicas retorcidas.

Há presença de muito barro e plantas invasoras na estrutura metálica da ponte. A estrada que dá acesso à ponte é de terra e grande parte deste barro é levado pelos veículos que trafegam pela estrada de terra e posteriormente sobre a ponte. Além disso, na época das cheias, a Ponte Olegário Maciel fica praticamente submersa nas águas do Rio São Francisco. O barro, as cheias e as plantas invasoras fazem com que a estrutura metálica fique em contato com a umidade, o que colabora para acelerar o processo de oxidação da estrutura e degradação da ponte (figuras 17, 18 e 19).



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 17 – Presença de barro e plantas invasoras.



Figura 18 – Presença de barro.



Figura 19 – Fotografía da ponte na época das cheias.

A estrutura metálica encontra-se com vários pontos de ferrugem e corrosão das peças, provavelmente causadas pelo descolamento da pintura que protege a estrutura das intempéries, do contato com a umidade e da falta de conservação / manutenção (figuras 20, 21 e 22).



Figura 20 – Pontos de ferrugem



Figura 21 – Pontos de ferrugem e corrosão da estrutura



Figura 22 – Pontos de ferrugem

O piso de concreto da ponte encontra-se totalmente encoberto pela terra e em alguns trechos cedeu, devido o rompimento dos barrotes metálicos de sustentação do piso, que se encontram enferrujados. Nestes trechos, foram colocados pedaços de madeira para permitir a continuidade do tráfego de veículos sobre a ponte (figuras 23 e 24).



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico





"emenda" com tábuas de madeira.

Figura 23 – Piso de concreto encoberto de barro e | Figura 24 – Barrotes metálicos enferrujados que se romperam e "emenda" com tábuas de madeira.

4.2 – Pequena ponte nas adjacências da Ponte Olegário Maciel

Na vistoria realizada, foi verificada a presença de outra ponte, na mesma Rodovia Municipal, a aproximadamente 200 (duzentos) metros antes da Ponte Olegário Maciel, no sentido Lagoa da Prata – Luz. Foi verificado que esta construção possui características em comum com a ponte metálica, o que nos fez acreditar que ambas foram construídas na mesma época.

A estrutura da ponte é de concreto armado, o guarda corpo e o piso foram construídos utilizando este mesmo material. Seguindo as mesmas características da Ponte Olegário Maciel, possui pilares em concreto revestidos de pedra (figuras 25, 26 e 27).



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico







estrutura da ponte



Figura 26 – Vista da Figura 27 – Vista da ponte através da Rodovia Municipal.

O imóvel encontra-se em precário estado de conservação, resultado da falta de manutenção / conservação, e necessita urgentemente de obras de restauração⁴, visando ações criteriosas e tecnicamente adequadas à conservação⁵ e manutenção⁶.

As patologias encontradas foram : presença de plantas invasoras, sujeira de barro, falta de trechos do coroamento de concreto armado sobre o pilar revestido de pedras e guardacorpo de concreto armado em péssimo estado de conservação (figuras 28, 29 e 30).



Figura 28 – Presença de plantas invasoras e sujeira.



Figura 29 – Falta de trechos do coroamento de concreto e parte do guarda-corpo soltou da que estrutura.



Figura 30 – Presença de mato e péssimo estado de conservação do guarda-corpo.

⁶ Manutenção: Operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação. Instrução Normativa n º 1/2003 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.



⁴⁴ Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n º 1/2003 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

⁵ Conservação: intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem, com o intuito de conter a sua deterioração. Instrução Normativa n º 1/2003 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

5 – CONCLUSÕES

Transcrevemos abaixo alguns trechos da Lei Complementar 060/2006, que institui o Plano Diretor da Cidade de Lagoa da Prata para o decênio 2007-2016:

Capítulo II – Objetivos específicos - art. 8º:

"Constituem objetivos na área de preservação do patrimônio histórico e cultural:

I. preservar o patrimônio histórico e cultural do Município;

II. promover o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais em todas as modalidades;

III. divulgar e promover o acesso aos bens culturais do Município;

IV. promover e implantar as atividades culturais e centros culturais no Município, com a participação e cooperação da sociedade civil;

V. incentivar a busca de parcerias para promoção e implantação de atividades culturais;

VI. incentivar, através de diversas formas e meios, o despertar cultural e a efetiva participação da população às atividades culturais em todas as modalidades".

Capítulo IV – Diretrizes específicas art. 24:

"Constituem diretrizes na área de preservação do patrimônio histórico e cultural:

I. apoiar com recursos e incentivos às manifestações culturais, folclóricas, tradicionais e populares — congado, carnaval, banda de música, fanfarra, folia de reis, música, dança, biblioteca, literatura em geral, coral, artes plásticas, artesanato, gincanas culturais e outras; II. recuperar, preservar e conservar os recursos naturais, as edificações e espaços considerados como patrimônio histórico e cultural, bem como o mobiliário e equipamentos consagrados pela população como bens culturais, inclusive de forma a conscientizar, educar e instruir a população nativa e flutuante;

III. trabalhar de modo integrado com a área de educação e turismo."

Capítulo V – Prioridades e metas:

Art. 40: São metas prioritárias na área de preservação do patrimônio histórico e cultural:

I. contemplar na lei de diretrizes orçamentárias e na lei do orçamento, recursos específicos voltados à área de cultura, efetivando o respectivo repasse financeiro;

II. alterar a lei de incentivos fiscais, visando a sua simplificação e aplicabilidade;

III. promover concursos literários, musicais, de danças e artes cênicas com a participação e cooperação da sociedade civil e educacional;

IV. promover atividades que passem a integrar o calendário cultural do Município tais como "Comida de Buteco", Projeto Arte da Terra e outros;

V. recuperar, restaurar e adaptar a antiga Casa do Fundador da cidade, conhecida também por Museu, para funcionamento de um centro cultural, a ser denominado "Centro Cultural Coronel Carlos Bernardes, bem como a Estação Ferroviária, a Ponte de Aço Olegário Maciel, a Caixa D'água do Centro e as Escolas Municipais Dr. Jacinto Campos e Alexandre Bernardes Primo.

Art. 49 São metas prioritárias na área de turismo:

I. implantar programas de melhorias ambientais, preservação de edificações, sítios históricos e culturais, facilidades para deslocamento de pedestres, transporte coletivo, terminais de





Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

passageiros, ordenamento de tráfego e trânsito, estacionamentos, introdução de mobiliário urbano e horários diferenciados para o funcionamento das atividades econômicas, placas indicativas de sinalização turística de acordo com a Embratur e com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito;

II. adotar medidas que impeçam a existência de turismo predatório e que incentivem um turismo ecológico;

III. restaurar e conservar o patrimônio histórico, que compreende a antiga Estação Ferroviária, o Museu e **a ponte de aço Olegário Maciel** entre outros;

Concluímos que o Patrimônio Histórico e Cultural do Município é contemplado no Plano Diretor da cidade, nos objetivos específicos, diretrizes e em prioridades e metas, devendo o município cumprir tal legislação.

Sugere-se que a Ponte Olegário Maciel seja incluída no atual Plano de Inventário e consequentemente seja feita uma maior proteção: o tombamento do bem cultural.

De acordo com informações da Primeira Promotoria de Justiça da Comarca de Lagoa da Prata, foi feita uma parceria entre a Prefeitura Municipal desta cidade e a empresa Louis Dreyfus Bioenergia S.A., que assumiu todos os custos de recuperação da aludida ponte, sendo os custos de licenciamento assumidos pelo município. Foi informado também que a referida empresa tenciona em fazer uma réplica da referida ponte, a ser instalada no mesmo local da antiga, em razão dos altos custos da execução de um projeto de restauro.

A parceria firmada entre a empresa e o poder público local é uma interessante alternativa para dividir as responsabilidades quanto a manutenção / restauração do bem, entretanto, a equipe técnica é contrária à proposta de criação de uma réplica do aludido bem, a ser instalado no mesmo local. Caso seja constatado que a referida ponte não suporta o tráfego de veículos pesados, deverá ser construída nova ponte distante dessa para não interferir no entorno do bem cultural exclusiva para veículos pesados.

O bem cultural vistoriado, além de ser um importante exemplar arquitetônico, tem um significado histórico, pois foi um elemento indutor ao desenvolvimento da região, pois encurtou distâncias, facilitando o escoamento das riquezas produzidas. Dado este fato, a ponte metálica Olegário Maciel, bem como a pequena ponte localizada nas proximidades desta, devem ser preservadas e necessitam de intervenção de **restauração**⁷. Assim, faz-se necessária a elaboração e execução de um projeto de restauração do bem imóvel, com acompanhamento, nas duas etapas, do órgão de proteção.

5.1 – Principais providências para restauração e conservação

5.1.1 - Ponte Olegário Maciel

 A ponte Olegário Maciel deverá ser interditada, direcionando o tráfego de veículos para outra ponte, que deverá ser construída provisoriamente nas imediações da Ponte de Ferro. Esta medida evitará maiores desgastes e deteriorações na ponte, que já se

⁷ Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.





Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

encontra com sua estrutura comprometida, além de evitar acidentes com as pessoas que por ali trafegam.

- Estrutura metálica Deverá ser feita uma revisão geral em toda a estrutura metálica do imóvel, fazendo reforços e substituições de peças onde for necessário, para evitar o desmoronamento causado por desestabilização estrutural. As peças empenadas deverão ser consertadas. Além disso, deve ser combatida a oxidação em várias peças metálicas da referida ponte, com substituição daquelas que se encontrarem comprometidas. Todas as peças metálicas deverão ser protegidas com nova pintura, utilizando tecnologia que proteja o metal da oxidação / corrosão.
- O piso de concreto deverá ser refeito.
- Deverá ser feita conservação e manutenção periódica da ponte, com constante manutenção da pintura, retirada das plantas invasoras e limpeza constante do barro que se acumula na ponte, para evitar umidade e, conseqüentemente, corrosão e degradação do bem. Este procedimento deverá ser repetido principalmente após as cheias do Rio São Francisco. Sugere-se também a colocação de calçamento de pedras num trecho de 100 metros antes e depois da ponte, para que o excesso de barro dos pneus dos veículos que por ali trafegam não seja levado até o piso do referido bem.
- Após a restauração da ponte, severa ser dado uso ao imóvel de forma a se garantir o seu funcionamento e manutenção periódica.

5.1.2 – Pequena ponte nas adjacências da Ponte Olegário Maciel

- O piso de concreto deverá passar por uma revisão, para verificação da sua resistência. Caso seja verificado que o mesmo apresenta riscos de ruína, deverá ser refeito.
- Os guarda-corpos de concreto deverão ser recuperados e nos trechos onde houve queda deverá ser reconstruído, utilizando o mesmo material procurando seguir o mesmo modelo existente.
- O coroamento em concreto do pilar de pedras deverá ser recomposto.
- Deverá ser feita conservação e manutenção periódica da ponte com retirada das plantas invasoras e limpeza constante do barro que se acumula para evitar a degradação do bem. Sugere-se também a colocação de calçamento de pedras num trecho de 100 metros antes e depois da ponte, para que o excesso de barro dos pneus dos veículos que por ali trafegam não seja levado até o piso do referido bem.

6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos. Segue este laudo, em 15 (quinze) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2008.





Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Andréa Lanna Mendes Novais Técnica do Ministério Público – MAMP 3951 Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D

Karol Ramos Medes Guimarães Técnica do Ministério Público – Historiadora – MAMP 3785